

Editorial

Valorizar a cultura afro-brasileira e a luta por igualdade

Estamos diante de grandes desafios para 2005. Para avançar na luta por igualdade precisamos planejar nossas estratégias.

Como este é o Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Comissão de Combate ao Racismo dos Metalúrgicos traçou uma pauta de ação para o período.

São seis grandes metas que pretendemos agir e debater neste ano:

- 1) Programa Brasil Quilombola.
- 2) Inclusão com desenvolvimento econômico para a população negra.
- 3) Capacitação para operar políticas de promoção da igualdade racial.
- 4) Inclusão da população negra no sistema educacional.
- 5) Cultura negra e combate à intolerância religiosa.
- 6) Saúde da população negra.

Outra tarefa é fazer cumprir a lei 10.639/03, que instituiu o ensino de História e Cultura da África e dos Afrodescendentes na grade curricular dos ensinamentos fundamental e médio das escolas.

Para tanto, a Comissão quer montar grupos para promover diálogos sobre a luta racial e entender como se dá o preconceito no Brasil, além de compreender o papel do negro na formação da sociedade brasileira.

Vamos arregaçar as mangas em nome da causa herdada dos nossos antepassados. Os militantes não desanimarão nunca. Sabemos que eles trazem a inspiração de luta e dedicação.

O nosso sonho é tornar possível a criação de mecanismos para forjar uma nova sociedade, um outro Brasil e, porque não dizer, um mundo melhor. Participe das atividades da Comissão.

Tribuna negra

Discutindo a Democracia Racial

Órgão Informativo da Comissão dos Metalúrgicos do ABC de Combate ao Racismo - Nº 70

Massacre a moradores de rua continua sem desfecho

Passados mais de cinco meses dos ataques aos moradores de rua no Centro de São Paulo, que deixou sete mortos e oito feridos, não há pessoas indiciadas ou acusadas. Três policiais militares suspeitos chegaram a ser detidos, mas não foram incriminados por falta de provas.

Um segundo inquérito corre na Polícia Civil e as investigações agora têm a participação do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público.

Com esse reforço, o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral de Rua Paulo, acredita na possibilidade do caso ser esclarecido. "Esperamos que as investigações deem resultado e que possamos entender o que de fato aconteceu. Quem são os mandantes e executores desses crimes que acabaram conhecidos como o *Massacre da Sé*, disse o religioso.

Lancellotti demonstrou preocupação com a demora em identificar e punir os responsáveis. "Passado



Sem políticas públicas, moradores de rua ficam expostos à violência

tanto tempo, fica mais difícil obter testemunhas que acompanham os fatos e preservar o que aconteceu. A questão é que os moradores de rua estarão sujeitos a novas ondas de violência", explicou.

Nada muda

Em sua opinião, apesar da grande cobertura da imprensa, nada

alterou a realidade dos moradores de rua. "Por isso precisamos discutir políticas públicas", acrescentou.

Estima-se que o número de moradores de rua alcance a quase 11 mil pessoas só na cidade de São Paulo. Os ataques na região da Praça da Sé ocorreram entre 19 e 22 de agosto passado. Todas as vítimas sofreram golpes na cabeça.

Conferência sobre igualdade será em maio

A ministra Matilde Ribeiro (foto), Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) começou nesta semana com a série de encontros para preparar a Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, marcada para 11 a 13 de maio. O objetivo é buscar meios de promover a igualdade racial no país.

"A Conferência será um momento não apenas de balanço das políticas públicas de igualdade, mas também de definição de outras estratégias e perspectivas, tendo em vista a inclusão social da população ne-



gra e indígena", afirmou a ministra. Este ano foi instituído, via decreto presidencial, como o Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. "Isso é um grande avanço para nós, pois jamais algum governo tinha dado tanta importância para esse tema" declarou.

Este ano, a Sepir pretende estabelecer um canal de diálogo, reflexão e proposição conjunta com a sociedade. Encontrar consensos para dar visão a realidade nacional, tendo em vista que discriminação e racismo é um fato presente no nosso cotidiano, portanto, um foco de discussão para este ano.

Tribuna Metalúrgica



Nº 1944 - Quinta-feira, 3 de fevereiro de 2005

Confira seu salário com a nova tabela do Imposto de Renda



A paralisação na Via Anchieta em 4 de maio do ano passado foi uma das nossas mobilizações pela correção da tabela do Imposto de Renda

Vale a partir de janeiro a correção de 10% na tabela do Imposto de Renda. Conquista da Marcha sobre Brasília e da luta de muito tempo dos metalúrgicos, a correção mantém intacto o reajuste da última campanha salarial. "Foi mais um passo. A batalha continua porque queremos, no mínimo, corrigir a tabela por toda a inflação do governo Lula", disse o presidente do Sindicato, José Lopez Feijóo. Veja na página 3 uma comparação do desconto do IR antes e depois da correção da tabela.

Cinema no Sindicato

Harry Potter

e o Prisioneiro de Azkaban

Sábado, às 19h, na Sede do Sindicato.

A entrada para a sessão de cinema no Sindicato é gratuita. Mas conta com a sua solidariedade. Traga alimentos, produtos de limpeza ou higiene pessoal e troque por um ingresso. As doações são para os desabrigados do Jardim Silvina e favela Oleoduto.

NOTAS E RECADOS

Pressão

De Luiz Marinho, presidente da CUT: "Seria um desastre para o presidente Lula terminar o mandato sem fazer a reforma sindical".

Olho vivo

Pesquisa do Procon mostra que os preços do lápis preto número dois variam de R\$ 0,18 a R\$ 0,74, uma diferença de 311%.

Tratamento VIP

Em troca de informações, Geléia, fundador do PCC e condenado a 62 anos, sai da prisão para passar o dia com a família.

Avanço

O Ministério da Saúde vai conduzir o maior estudo do mundo sobre terapia com células-tronco para doenças cardíacas.

Cadê o dinheiro?

A Cesp, principal energética do Estado, está com dívidas de R\$ 10 bilhões.

Política social

Em Diadema, a Prefeitura está cadastrando famílias removidas de áreas de risco para receberem auxílio-aluguel de R\$ 260,00.

Menos uma

A Polícia Federal prendeu quadrilha que desviou R\$ 50 milhões do Conselho Federal de Enfermagem através de licitações superfaturadas.

Buraqueira

A Previdência cancelou em janeiro o pagamento de 11 mil benefícios fantasmas e está passando o pente-fino em mais 9 mil.

Mais pedágio?

Alckmin defendeu a estadualização das rodovias federais.

Lista falsa

Mais de mil funcionários da Prefeitura de Teresina recebiam benefícios do Bolsa-Família de forma fraudulenta.

Matança

No ano passado, 51 menores foram executados no centro do Rio, levantando a suspeita de ação planejada entre policiais, ex-policiais e comerciantes.

GODKS

Solidariedade aos acampados

Os quatro trabalhadores acampados em frente a Godks, em Diadema, decidiram continuar com o protesto iniciado terça-feira até receberem seus direitos.

O acampamento começou depois que a empresa demitiu os companheiros, não pagou as verbas rescisórias e mandou o pessoal procurar os direitos na Justiça.

Durante o dia de ontem a empresa propôs o acerto da rescisão, mas queria impor a quitação do contrato de trabalho.

"Os companheiros não se curvaram à proposta indecente da Godks, pois quitando o contrato eles abririam mão de direitos", explicou o diretor do Sindicato David Carvalho.

Ele disse que os quatro estão



Protesto dos companheiros demitidos segue até que empresa pague os direitos

dispostos a continuar com o protesto, que conta com a solidariedade dos companheiros na Godks.

"Ontem, numa demonstração de apoio aos acampados, houve um

almoço solidário. Se não houver uma solução rápida para o problema, os demitidos estão pensando em outras ações de protesto", concluiu David.

ARTEB

Hoje tem negociação

Depois de receber a pauta de reivindicações aprovada pelos trabalhadores na semana passada, a direção da Arteb marcou para hoje um encontro com diretores do Sindicato.

"Esperamos que a empresa venha para a negociação disposta a conversar, pois no início ela nem queria protocolar a pauta", disse o diretor do Sindicato José Paulo Nogueira.

Ele lembrou que, até agora, a Arteb só enrolou. "Existem questões

graves para os trabalhadores, como a instalação de câmeras na área da produção, tarifas bancárias e livre acesso pela portaria da avenida Kennedy, entre outras", explicou.

Zé Paulo avisou que o objetivo do Sindicato é resolver os problemas, mas se a empresa continuar patinando os trabalhadores vão dar uma resposta à altura.

"Os companheiros devem permanecer organizados e em estado de alerta", avisou.

HORAS EXTRAS

Limites anuais têm os mesmos adicionais

As horas extras que passarem do limite anual para o pessoal nas montadoras (275 horas) e no Grupo 5 (286 horas) terão os mesmos adicionais que os limites mensais.

Ou seja, os adicionais serão de 75% quando as horas forem cumpridas de segunda-feira a sábado e de 130% quando cumpridas aos domingos, feriados e dias já compensados.

Por um equívoco, na edição

de ontem a **Tribuna** informou que as extras que passarem dos limites anuais teriam adicional de 130% nos dois setores.

O limite anual se dá pela soma dos limites mensais de 29 horas (montadoras) ou de 30 horas (Grupo 5).

Isso porque as horas que passarem do limite mensal estarão sendo pagas em cada mês com os devidos adicionais de 75% ou de 130%.

FORMAÇÃO

Seminário Saúde e trabalho após o carnaval

O próximo *Seminário de Saúde e Trabalho* será realizado nos dias 12 e 13 de fevereiro, no Centro de Formação Celso Daniel. As inscrições devem ser feitas até sexta-feira da semana que vem com Tiana pelo telefone 4128-4200, ramal 4230.

AGENDA

JR Esquadrimar

Reunião hoje, às 18h, na Sede, para discutir PLR, convênio médico e assuntos internos.

ELEIÇÃO DE CIPA

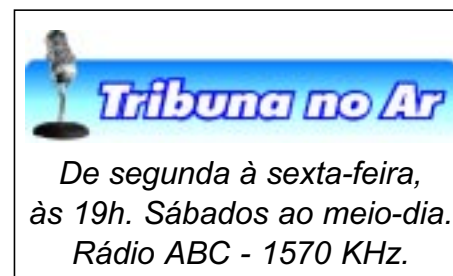
Labortub - dia 4

Cegelec - dia 5

Trefilação União - dia 9

Panex - dia 10

Sambercamp - dia 11



De segunda à sexta-feira, às 19h. Sábados ao meio-dia. Rádio ABC - 1570 KHz.

IMPOSTO DE RENDA

Correção livra reajuste salarial

A correção de 10% na tabela do IR coroou um ano de intensa mobilização. Começou em maio com o recolhimento de holerites mostrando a mordida do leão e a fita de vídeo com depoimentos dos metalúrgicos.

O material foi entregue ao presidente Lula durante sua visita à Mercedes-Benz no final de abril, quando ele se comprometeu com a correção. No entanto, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, endureceu e manifestações aconteceram no Centro de São Paulo e na Via

Anchieta.

Novas audiências com Palocci em maio, e pela primeira vez o governo admitiu fazer a correção na tabela. "Não descansaremos até vir a correção", reiterou o presidente do Sindicato ao ministro.

A primeira resposta do governo foi com o redutor de R\$ 100,00 que vigorou entre agosto e dezembro passados, mais promessa do governo de estudar o caso.

Logo após a campanha salarial o assunto voltou à agenda da categoria. O Sindicato levou a pauta à

Câmara dos Deputados, ao Senado das bancadas e lideranças, criando o clima para a Marcha sobre Brasília que aconteceu na metade de dezembro. A luta colocou o Ministério da Fazenda numa situação delicada.

"Os 10% na tabela vêm acompanhado do compromisso do governo de zerar os resíduos de toda a inflação do período Lula. E essa cobrança vai prosseguir", alertou Feijó, lembrando que a correção garantiu os ganhos econômicos da campanha salarial.

Como seria e como ficou

Veja na comparação quanto algumas faixas salariais pagariam de IR antes e quanto pagariam depois da correção da tabela. Nestes exemplos são considerados um trabalhador e três dependentes (companheira e dois filhos).

Tabela sem correção			Tabela corrigida	
Salário bruto	Renda tributável (depois das deduções)	Desconto do IR	Renda tributável	Desconto do IR
1.650,00	1.150,50	13,88	1.118,70	isento
1.760,00	1.248,40	28,56	1.216,60	7,92
2.200,00	1.640,00	87,30	1.608,20	66,66
2.750,00	2.156,04	169,83	2.124,24	144,07
3.850,00	3.256,04	472,33	3.224,24	421,28
4.400,00	3.806,04	623,58	3.774,24	572,53
5.500,00	4.906,04	926,08	4.874,24	875,03

ALERTA ÀS EMPRESAS

Recebemos denúncias que pessoas estranhas à categoria foram a algumas empresas procurando ajuda financeira em nome Sindicato ou de seus dirigentes.

O Sindicato esclarece que não faz esse tipo de indicação e a empresa que receber pedido semelhante deve avisar imediatamente a Polícia.

A tabela corrigida

Base de cálculo (R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir (R\$)
Até 1.163,80	Isento	-
de 1.163,81 a 2.326,50	15%	174,57
Acima de 2.326,50	27,5%	465,39

Abatimento por dependente: R\$ 116,60

Como calcular

- Do salário bruto tire a contribuição do INSS
- Desse resultado faça os descontos por dependente
- Se tiver, subtraia também pensão alimentícia
- O resultado será a renda tributável
- Aplique sobre a renda as alíquotas de 15% ou 27,5%
- Deste resultado, tire a parcela a deduzir conforme a alíquota
- O resultado final é o desconto do IR

SAÚDE

Quanto vale uma vida?

Até onde poderemos aceitar o trabalho em condições de risco de acidentes e doenças como forma de preservar nosso posto de trabalho? De quem é a responsabilidade por essa decisão?

Áreas de risco são exemplos

Da mesma forma que trabalhadores acabam convivendo diariamente com condições perigosas no trabalho, muitas pessoas também se sujeitam a morar em encostas de morros ou áreas ribeirinhas, áreas com perigo de deslizamentos de terra e inundações, impondo a si e aos seus familiares o risco permanente de perderem suas vidas. Isso se dá porque, diante das dificuldades de encontrar situações melhores, as pessoas acabam por se acostumar com os perigos e a acreditar que, com sorte, nada vai lhes acontecer. Até o dia em que acontece o pior.

Poder público é responsável

Pela nossa Constituição, a segurança da população é dever do Estado e direito do cidadão.

Dessa forma, quem dispõe de informações e conhecimentos técnicos sobre os riscos é quem tem o dever de informar, persuadir ou, em último caso, exigir que as pessoas abandonem essas áreas de risco.

No trabalho não é diferente

O Ministério do Trabalho, através das DRTs, a Vigilância Sanitária e o Ministério Público do Trabalho detém o conhecimento sobre os riscos e os danos à saúde a que os trabalhadores estão expostos.

São esses órgãos que têm o dever e poder para exigir que as leis e normas de proteção ao trabalhador sejam rigorosamente cumpridas pelas empresas, atuando e até interditando ambientes de trabalho.

Também os Sindicatos têm o dever de orientar, organizar trabalhadores para intervir, denunciar, negociar, contratar e exigir segurança no trabalho e respeito à saúde e à vida.

Não há emprego que justifique um só trabalhador mutilado.

Departamento de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente